

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
ATO DA PRESIDENTE**

RESOLUÇÃO CONEMA Nº 11 DE 10 DE JUNHO DE 2009

**APROVA A NA-051.R-7 – INDENIZAÇÃO DOS
CUSTOS DE ANÁLISE E PROCESSAMENTO DOS
REQUERIMENTOS DAS LICENÇAS AMBIENTAIS.**

O Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, em sua reunião de 10/06/2009, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 40.744, de 25/04/2007,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a NA-051.R-7 - INDENIZAÇÃO DOS CUSTOS DE ANÁLISE E PROCESSAMENTO DOS REQUERIMENTOS DAS LICENÇAS AMBIENTAIS, conforme Processo Administrativo nº E-07/203.664/2001.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2009

MARILENE RAMOS
Presidente

Publicada no Diário Oficial de 26/06/2009, pág. 16

SUMÁRIO

- 1 OBJETIVO
- 2 LEGISLAÇÃO BÁSICA
 - 2.1 Legislação Federal
 - 2.2 Legislação do Estado do Rio de Janeiro
- 3 CRITÉRIOS GERAIS
- 4 CUSTOS DE ANÁLISE DE REQUERIMENTOS DE LICENÇAS
- 5 CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O PORTE
 - 5.1 Abertura de Barras e Embocaduras
 - 5.2 Abertura de Canais de Navegação
 - 5.3 Aeroportos
 - 5.4 Aterros de Resíduos Industriais, Aterros Sanitários, Aterros Provisórios, Sistema de Tratamento e Disposição de Resíduos de Serviços de Saúde
 - 5.5 Aterros sobre Espelho d'água
 - 5.6 Atividades Agropecuárias e Agrossilvopastoris
 - 5.7 Atividades Lineares
 - 5.8 Barragens
 - 5.9 Canalização, Retificação e Construção de Diques em Cursos d'água
 - 5.10 Cemitérios
 - 5.11 Construção e Reparos de Embarcações
 - 5.12 Cortes e Aterros para Nivelamento de Greide
 - 5.13 Cultivo de Cana de Açúcar com Irrigação pelo Método de Aspersão
 - 5.14 Dragagens
 - 5.15 Drenagens
 - 5.16 Estações de Tratamento e Redes de Esgotamento inclusive Emissários Submarinos e Terrestres
 - 5.17 Estações de Tratamento, Captações e Redes de Distribuição de Água para Consumo Humano e Irrigação
 - 5.18 Estocagem de Resíduos Industriais
 - 5.19 Estruturas de Apoio a Embarcações em Rios, Lagoas e Mar Aberto (PEA E GEA)
 - 5.20 Estações Radio Base do Serviço Móvel Celular
 - 5.21 Extração Mineral
 - 5.22 Incineração de Resíduos e Crematórios
 - 5.23 Indústria de Transformação
 - 5.24 Parcelamento do Solo para fins de Assentamento Rural
 - 5.25 Ponto de Entrega de Gás – City Gate
 - 5.26 Portos
 - 5.27 Postos de Serviço de Abastecimento de Veículos e Embarcações e Base de Estocagem de Combustíveis
 - 5.28 Prestação de Serviços de Natureza Industrial em Estabelecimentos de Terceiros
 - 5.29 Subestação de Energia Elétrica
 - 5.30 Terminais

- 5.31 Transporte de Resíduos e Produtos Químicos
- 5.32 Transposição de Bacias
- 5.33 Tratamento de Efluentes Líquidos
- 5.34 Tratamento de Resíduos, inclusive preparo de resíduos para o Co-processamento, Incineração e Disposição
- 5.35 Urbanização
- 5.36 Usina Hidrelétrica e Eólica
- 5.37 Usina Termelétrica

6 CUSTOS DE ANÁLISE DE ESTUDOS COMPLEMENTARES

- 6.1 ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
- 6.2 RELATÓRIOS AMBIENTAIS SIMPLIFICADOS –RAS

7 AVERBAÇÃO DE LICENÇAS

ANEXO – ÁREAS FRÁGEIS

NA-0051.R-7 – INDENIZAÇÃO DOS CUSTOS DE ANÁLISE E PROCESSAMENTO DOS REQUERIMENTOS DAS LICENÇAS AMBIENTAIS

1. OBJETIVO

Estabelecer os valores e os critérios de indenização à Instituto Estadual do Ambiente - INEA, dos custos de análise e processamento dos requerimentos das licenças ambientais.

2 LEGISLAÇÃO BÁSICA

2.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

2.1.1 Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte; altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das leis do trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da lei complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999

2.2 LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.2.1 Lei nº 1.356, de 03 de outubro de 1988 – Dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental (com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 2.535/96, 2.894/98, 3.111/98, 4.235/03, 4.517/05 e 5.000/07).

2.2.2 Decreto-Lei nº 134, de 16 de junho de 1975 – Dispõe sobre a prevenção e o controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.

2.2.3 Decreto nº 1.633, de 21 de dezembro de 1977 – Regulamenta em parte o Decreto-lei nº 134/75 e institui o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

2.2.4 Portaria nº 1.141/GM5, do Ministério da Aeronáutica, de 08 de dezembro de 1987 – Dispõe sobre Zonas de Proteção e aprova o Plano Básico da Zona de Proteção de Aeródromos, o Plano Básico de Zoneamento do Ruído, o Plano Básico de Proteção de Helipontos, e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea e dá outras providências.

2.2.5 Deliberação CECA nº 4.543, de 11 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre Licenciamento de Projetos de Silvicultura.

2.2.6 Deliberação CECA nº 4.140, de 12 de março de 2002 – Dispõe sobre o processo de licenciamento simplificado para empreendimentos de cultivo de cana de açúcar, que adotem o método de irrigação por aspersão.

2.2.7 Legislação aprovada pela Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, com base no Decreto-lei nº 134/ 75 e no Decreto nº 1.633/ 77:

- DZ-041 – DIRETRIZ PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E DO RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA);

- MN-050 – CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES POLUIDORAS;
- DZ-1836 – DIRETRIZ PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTRAÇÃO MINERAL;
- DZ-1839.R-1 – DIRETRIZ PARA O LICENCIAMENTO DE ESTRUTURAS DE APOIO ÀS EMBARCAÇÕES DE PEQUENO E MÉDIO PORTE;
- DZ-1841 – DIRETRIZ PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PARA AUTORIZAÇÃO DO ENCERRAMENTO DE POSTOS DE SERVIÇOS QUE DISPONHAM DE SISTEMAS DE ACONDICIONAMENTO OU ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS, GRAXAS, LUBRIFICANTES E SEUS RESPECTIVOS RESÍDUOS.
- DZ-1845 – DIRETRIZ PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE DRAGAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DO MATERIAL DRAGADO.

3 CRITÉRIOS GERAIS

- 3.1 Os custos referentes à análise dos requerimentos de licenças ambientais são os estabelecidos na Tabela 1 e serão indenizados ao INEA em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas de valor não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), ficando o julgamento e a emissão da licença condicionados à quitação integral das parcelas.
- 3.2 Será aplicada, automaticamente, uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da indenização dos custos de análise de licenciamento às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pela Lei Complementar 123/2006, a título de tratamento diferenciado e favorecido, como determina a referida Lei, mediante apresentação de documento comprobatório atualizado emitido pelo órgão competente.
- 3.3 Para o estabelecimento destes custos foram considerados:
- a) tipo de atividade;
 - b) porte da atividade;
 - c) potencial poluidor.
- 3.4 O Potencial Poluidor para cada tipo de atividade está definido no MN-050 – Classificação de Atividades Poluidoras, que estabelece quatro níveis: Alto, Médio, Baixo e Insignificante. Para os empreendimentos de Parcelamento do Solo para Assentamento Rural (item 5.24) e Urbanização (item 5.35), o Potencial Poluidor é estabelecido para cada empreendimento, de acordo com os fatores condicionantes especificados nas Tabelas 37 e 49, respectivamente.
- 3.5 Quando o requerimento contemplar mais de uma atividade no mesmo local, enquadradas no MN-0050 em códigos distintos, ou seja, tipologias distintas, é cobrado o somatório dos custos referentes a cada uma das atividades.
- 3.6 Se durante a análise do requerimento de licença ficar constatado que houve cobrança indevida, a mais ou a menos, a diferença será cobrada antes da entrega da licença, ou ressarcida mediante solicitação do requerente.
- 3.7 Quando não for possível estabelecer o valor da indenização do custo da análise do requerimento de licença, será cobrado, no ato da solicitação, o valor mínimo do custo da

análise do tipo de licença requerida, conforme Tabela 1. Ao longo da análise será calculada a diferença a ser cobrada antes da entrega da licença.

- 3.8 Os custos de indenização referentes aos estudos complementares necessários para subsidiar a análise dos requerimentos de licenças ambientais estão discriminados no Capítulo 6 desta Norma.
- 3.9 Caso um estudo complementar não atenda às especificações do INEA pelas análises realizadas após sua aceitação, este será recusado e será cobrado um novo custo de análise de cada novo estudo que venha a ser apresentado.
- 3.10 Os custos referentes à análise dos requerimentos de averbação das licenças ambientais são os estabelecidos na Tabela 55, que são indenizados ao INEA, no ato da entrega do documento de averbação.
- 3.11 No caso de expedição de 2ª via de licença, é cobrado o valor de 120 (cento e vinte) UFIR-RJ.
- 3.12 Não se sujeitam ao ressarcimento dos custos de análise dos requerimentos de licenças as obras ou atividades executadas diretamente pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, especificamente às áreas de saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos) e habitação popular, atividades, caracterizadamente, vinculadas a melhoria da qualidade ambiental das cidades e populações, desde que executadas por pessoa jurídica de direito público ou empresa pública e sociedade de economia mista na condição de prestadoras de serviço público.
- 3.13 Nas hipóteses mencionadas no item 3.12, quando as obras ou atividades forem transferidas ou delegadas a pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública, o ressarcimento dos custos referentes à licença ambiental será pago por essas pessoas jurídicas.

4 CUSTOS DE ANÁLISE DE REQUERIMENTOS DE LICENÇAS

A Tabela 1 estabelece os custos de análise processamento dos requerimentos de licenças ambientais em função do tipo de atividade ou empreendimento, do seu porte e potencial poluidor.

TABELA 1
(valores em UFIR-RJ)

PORTE MÍNIMO			
LICENÇA	POTENCIAL POLUIDOR		
	Insignificante/Baixo	Médio	Alto
LP	743	884	1387
LI	917	1425	1833
LO	743	917	1420

PORTE PEQUENO			
LICENÇA	POTENCIAL POLUIDOR		
	Insignificante/Baixo	Médio	Alto
LP	1016	1302	1913

LI	1766	2578	3657
LO	1308	1766	2491

PORTE MÉDIO			
LICENÇA	POTENCIAL POLUIDOR		
	Insignificante/Baixo	Médio	Alto
LP	3001	4667	5475
LI	4800	7015	8373
LO	3991	5658	6390

PORTE GRANDE			
LICENÇA	POTENCIAL POLUIDOR		
	Insignificante/Baixo	Médio	Alto
LP	9.283	13877	17790
LI	12.632	18663	24481
LO	11.015	16884	22460

PORTE EXCEPCIONAL			
LICENÇA	POTENCIAL POLUIDOR		
	Insignificante/Baixo	Médio	Alto
LP	23373	30268	34408
LI	30631	42956	51125
LO	26176	34896	40680

5. CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O PORTE

5.1 ABERTURA DE BARRAS E EMBOCADURAS

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DAS ABERTURAS DE BARRAS E EMBOCADURAS

PORTE	CONSTRUÇÃO DE ENROCAMENTO
Médio	não
Grande	sim

5.2 ABERTURA DE CANAIS DE NAVEGAÇÃO

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DAS ABERTURAS DE CANAIS DE NAVEGAÇÃO

PORTE	RETROLINEARIDADE DA ABERTURA (m)
Médio	até 200
Grande	acima de 200

5.3 AEROPORTOS

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DOS AEROPORTOS

PORTE	CATEGORIAS ⁽¹⁾
Pequeno	VI
Médio	V
Grande	IV
Excepcional	I, II e III

(1) Categorias especificadas na Portaria nº 1.141/GM5

5.4 ATERROS DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS, ATERROS SANITÁRIOS, ATERROS PROVISÓRIOS, SISTEMA DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSE A

TABELA 5

CLASSIFICAÇÃO DOS ATERROS DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

PORTE	ÁREA ÚTIL DO ATERRO (m ²)
Mínimo	até 2.000
Pequeno	acima de 2000, até 10.000
Médio	acima de 10.000, até 30.000
Grande	acima de 30.000, até 100.000
Excepcional	acima de 100.000

TABELA 6

CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE TRATAMENTO OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS EM ATERROS SANITÁRIOS E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM ATERROS PROVISÓRIOS

PORTE	CAPACIDADE OPERACIONAL (t/dia)
Mínimo	até 20
Pequeno	acima de 20, até 100
Médio	acima de 100, até 1000
Grande	acima de 1000, até 5000
Excepcional	acima de 5000

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

PORTE	CAPACIDADE OPERACIONAL (t/dia)
Mínimo	até 5
Pequeno	acima de 5, até 10

Médio	acima de 10, até 50
Grande	acima de 50, até 100
Excepcional	acima de 100

5.5 ATERROS SOBRE ESPELHO D'ÁGUA

TABELA 8

CLASSIFICAÇÃO DOS ATERROS SOBRE ESPELHO D'ÁGUA

PORTE	ÁREA ATERRADA (m ²)
Pequeno	até 5.000
Médio	acima de 5.000, até 30.000
Grande	acima de 30.000

5.6 ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E AGROSSILVOPASTORIS

Não inclui empreendimentos de cultivo de cana de açúcar que adotem o método de irrigação por aspersão, previstos na Deliberação CECA/CN nº 4.140.

TABELA 9

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E AGROSSILVOPASTORIS

PORTE	ÁREA (m ²)
Mínimo	até 50.000
Pequeno	acima de 50.000, até 200.000
Médio	acima de 200.000, até 1.000.000
Grande	acima de 1.000.000

5.7 ATIVIDADES LINEARES

Inclui linhas de transmissão, ferrovias, metrovias, rodovias, gasodutos, minerodutos, oleodutos, redes distribuidoras de gás, pontes, viadutos, elevados e túneis.

TABELA 10

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES LINEARES

PORTE	EXTENSÃO (km)
Mínimo	até 5
Pequeno	acima de 5 até 10
Médio	acima de 10 até 50
Grande	acima de 50, até 100
Excepcional	acima de 100

5.8 BARRAGENS

TABELA 11

CLASSIFICAÇÃO DAS BARRAGENS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA

PORTE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
Pequeno	Até 30
Médio	acima de 30 até, 1.000
Grande	acima de 1.000, até 10.000
Excepcional	acima de 10.000

TABELA 12

CLASSIFICAÇÃO DAS BARRAGENS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA E REGULAGEM DE VAZÃO

PORTE	ÁREA INUNDADA (m ²)
Pequeno	até 5.000
Médio	acima de 5.000, até 20.000
Grande	acima de 20.000, até 100.000
Excepcional	acima de 100.000

5.9 CANALIZAÇÃO, RETIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE DIQUES EM CURSOS D'ÁGUA

TABELA 13

CLASSIFICAÇÃO DAS CANALIZAÇÕES, RETIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE DIQUES

PORTE	LARGURA DO RIO (m)
Mínimo	até 10
Pequeno	acima de 10 até 30
Médio	acima de 30, até 50
Grande	acima de 50 até 100
Excepcional	acima de 100

5.10 CEMITÉRIOS

TABELA 14

CLASSIFICAÇÃO DOS CEMITÉRIOS HORIZONTAIS

PORTE	ÁREA TOTAL (ha)
Pequeno	até 10
Médio	acima de 10, até 30
Grande	acima de 30 até 50
Excepcional	acima de 50

Os cemitérios verticais são classificados em porte Médio.

5.11 CONSTRUÇÃO E REPARO DE EMBARCAÇÕES (ESTALEIROS)

TABELA 15

CLASSIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA CONSTRUÇÕES E REPAROS NAVAIS

PORTE	ÁREA (m ²)
Pequeno	até 10.000
Médio	acima de 10.000, até 50.000
Grande	acima de 50.000, até 200.000
Excepcional	acima de 200.000

5.12 CORTES E ATERROS PARA NIVELAMENTO DE GREIDE

TABELA 16

CLASSIFICAÇÃO DOS CORTES E ATERROS PARA NIVELAMENTO DE GREIDE

PORTE	VOLUME DO CORTE E ATERRO (m ³)
Mínimo	até 10.000
Pequeno	acima de 10.000, até 100.000
Médio	acima de 100.000, até 500.000
Grande	acima de 500.000

5.13 CULTIVO DE CANA DE AÇÚCAR COM IRRIGAÇÃO PELO MÉTODO DE ASPERSÃO

Esses empreendimentos são classificados em porte Mínimo.

5.14 DRAGAGENS

Inclui dragagens em canais de navegação.

TABELA 17

CLASSIFICAÇÃO DE DRAGAGENS

PORTE	VOLUME DRAGADO (m ³)
Mínimo	até 10.000
Pequeno	acima de 10.000, até 100.000
Médio	acima de 100.000, até 500.000
Grande	acima de 500.000, até 2.000.000
Excepcional	acima de 2.000.000

5.15 DRENAGENS

Microdrenagem – convencionam-se aquelas que envolvem bacias de drenagem com vazão de pico para tempo de recorrência de 10 anos, de até 6m³/s.

Mesodrenagem – fica referenciado como sendo as redes e cursos d'água entre 6 a 10 m³/s, para um tempo de recorrência de 10 anos.

Macro-drenagem – convencionam-se como sendo os cursos d'água e lagoas cujas vazões ultrapassem o valor de 10 m³/s, considerando um tempo de recorrência de 10 anos.

TABELA 18

CLASSIFICAÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM

PORTE		VAZÃO (m ³ /s)
Microdrenagem	Pequeno	até 6
Mesodrenagem	Médio	acima de 6, até 10
Macro drenagem	Grande	acima de 10

5.16 ESTAÇÕES DE TRATAMENTO E REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE EMISSÁRIOS TERRESTRES E SUBMARINOS

TABELA 19

CLASSIFICAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO

PORTE	VAZÃO (L/s)
Mínimo	até 15
Pequeno	acima de 15, até 70
Médio	acima de 70, até 300
Grande	acima de 300, até 900
Excepcional	acima de 900

TABELA 20

CLASSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

REDE COLETORA, LINHAS DE RECALQUE,
COLETOR TRONCO E INTERCEPTOR

PORTE	EXTENSÃO (KM)
MÍNIMO	Até 15
Pequeno	acima de 15, até 75
Médio	acima de 75, até 300
Grande	acima de 300, até 900
Excepcional	acima de 900

TABELA 21

EMISSÁRIOS TERRESTRES E SUBMARINOS

PORTE	EXTENSÃO (KM)
Pequeno	até 0,5
Médio	acima de 0,5, até 2
Grande	acima de 2, até 4
Excepcional	Acima de 4

5.17 ESTAÇÕES DE TRATAMENTO, CAPTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E IRRIGAÇÃO

TABELA 22

CLASSIFICAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA

PORTE	VAZÃO (L/s)
Mínimo	até 30
Pequeno	acima 30, até 150
Médio	acima 150, até 500
Grande	acima 500, até 1.500
Excepcional	acima de 1.500

TABELA 23

CLASSIFICAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

PORTE	EXTENSÃO (KM)
Mínimo	até 15
Pequeno	acima de 15, até 75
Médio	acima de 75, até 300
Grande	acima de 300, até 900
Excepcional	acima de 900

TABELA 24

CLASSIFICAÇÃO DAS CAPTAÇÕES ÁGUA

PORTE	VAZÃO (L/s)
Mínimo	até 30
Pequeno	acima 30, até 150
Médio	acima 150, até 500
Grande	acima 500, até 1.500
Excepcional	acima de 1.500

5.18 ESTOCAGEM DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

TABELA 25

CLASSIFICAÇÃO DAS ESTOCAGENS DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS

PORTE	CAPACIDADE DA CENTRAL (t)
Mínimo	até 2.500
Pequeno	acima 2.500 até, 10.000
Médio	acima de 10.000, até 50.000
Grande	acima de 50.000 até 100.000
Excepcional	acima de 100.000

5.19 ESTRUTURAS DE APOIO A EMBARCAÇÕES EM RIOS, LAGOAS E MAR ABERTO (PEA E GEA)

TABELA 26

CLASSIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE APOIO A EMBARCAÇÕES

PORTE	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES
Mínimo	até 10
Pequeno	acima de 10, até 50
Médio	acima de 50, até 150
Grande	acima de 150

5.20 ESTAÇÕES RÁDIO BASE DO SERVIÇO MÓVEL CELULAR

O enquadramento quanto ao porte é Médio para ERBs e Pequeno para Mini-ERBs.

5.21 EXTRAÇÃO MINERAL

TABELA 27

CLASSIFICAÇÃO DAS EXTRAÇÕES DE MINERAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL NÃO ESPECIFICADOS

PORTE	VOLUME (m ³ /mês)
Pequeno	até 5.000
Médio	acima de 5.000, até 10.000
Grande	acima de 10.000, até 30.000
Excepcional	acima de 30.000

TABELA 28

CLASSIFICAÇÃO DAS EXTRAÇÕES DE AREIA E AREOLA

PORTE	PRODUÇÃO (m ³ /mês)
Pequeno	até 20.000
Médio	acima de 20.000 até 50.000
Grande	acima de 50.000 até 80.000
Excepcional	acima de 80.000

TABELA 29

CLASSIFICAÇÃO DAS EXTRAÇÕES DE ROCHAS PARA BRITA

PORTE	PRODUÇÃO (m ³ /mês)
Pequeno	até 15.000
Médio	acima de 15.000 até 30.000
Grande	Acima de 30.000 até 60.000
Excepcional	Acima 60.000

TABELA 30

CLASSIFICAÇÃO DAS EXTRAÇÕES DE ARGILA E SAIBRO

PORTE	PRODUÇÃO (m ³ /mês)
Pequeno	até 5.000
Médio	acima de 5.000 até 10.000
Grande	acima de 10.000

TABELA 31

CLASSIFICAÇÃO DAS EXTRAÇÕES DE ÁGUA MINERAL

PORTE	VAZÃO (l/s)
Pequeno	até 12
Médio	de 12 até 120
Grande	de 120 até 1.200
Excepcional	acima de 1.200

5.22 INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS E CREMATÓRIOS

Inclui, também, resíduos industriais integrados à instalação industrial e resíduos urbanos

TABELA 32

CLASSIFICAÇÃO DOS INCINERADORES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E URBANOS

PORTE	CAPACIDADE (t/ano)
Pequeno	até 6.000
Médio	acima de 6.000, até 12.000
Grande	acima de 12.000

TABELA 33

CLASSIFICAÇÃO DOS CREMATÓRIOS E INCINERADORES DE RESÍDUOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

PORTE	CAPACIDADE (kg/hora)
Pequeno	até 100
Médio	acima de 100, até 500
Grande	acima de 500

5.23 INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Inclui unidades auxiliares de apoio industrial e serviços de natureza industrial.

TABELA 34

PESOS PARA CLASSIFICAÇÃO DE INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

PESOS	PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO	
	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m ²)	NÚMERO DE EMPREGADOS
0,5	até 500	até 10
1	acima de 500, até 2.000	acima de 10, até 100
2	acima de 2 000, até 10.000	acima de 100, até 500
3	acima de 10 000, até 40.000	acima de 500, até 2.000
4	acima de 40.000	acima de 2.000

TABELA 35

CLASSIFICAÇÃO DE INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

PORTE	MÉDIA ARITMÉTICA (M) DOS PESOS OBTIDOS NA TABELA 24
Mínimo	$M \leq 0,5$
Pequeno	$0,5 < M \leq 1$
Médio	$1 < M \leq 2$
Grande	$2 < M \leq 3$
Excepcional	$M > 3$

5.24 PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS DE ASSENTAMENTO RURAL

TABELA 36

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS DE ASSENTAMENTO RURAL

PORTE	ÁREA (ha)
Pequeno	até 500
Médio	acima de 500, até 3.000
Grande	acima de 3.000, até 5.000
Excepcional	acima de 5.000

TABELA 37

PESOS E VALORES DOS FATORES CONDICIONANTES PARA ATIVIDADES DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS DE ASSENTAMENTO EM ÁREA RURAL

PESO	FATOR CONDICIONANTE	SITUAÇÃO	VALOR
10	Situa-se em área frágil ou em seu entorno (ver o Anexo desta norma)	Não	0
		Sim	1
9	Prevê alterações em corpos d'água ou modifica drenagem natural	Não	0
		Sim	1
8	Prevê cortes e aterros	Não	0

		Sim	1
7	Prevê supressão de vegetação	Não	0
		Sim	1

TABELA 38

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS DE ASSENTAMENTO RURAL SEGUNDO O POTENCIAL POLUIDOR

POTENCIAL POLUIDOR	SOMATÓRIO DE PESO X VALOR TABELA 37
Baixo	0 a 9
Médio	10 a 24
Alto	25 a 34

5.25 PONTO DE ENTREGA DE GÁS – CITY GATE

Esses empreendimentos são enquadrados em porte Pequeno.

5.26 PORTOS

TABELA 39

CLASSIFICAÇÃO DOS PORTOS

PORTE	RETROÁREA (m ²)
Médio	até 100.000
Grande	acima de 100.000, até 200.000
Excepcional	acima de 200.000

5.27 POSTOS DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E EMBARCAÇÕES E BASES DE ESTOCAGEM DE COMBUSTÍVEIS

Inclui retalhista, base de abastecimento e distribuição.

TABELA 40

CLASSIFICAÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇO E DAS BASES DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO

PORTE	TANCAGEM (m ³)
Mínimo	até 60
Pequeno	acima de 60, até 150
Médio	acima de 150, até 10.000
Grande	acima de 10.000, até 100.000
Excepcional	acima de 100.000

5.28 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INDUSTRIAL EM ESTABELECIMENTOS DE TERCEIROS

Esses serviços são enquadrados em porte Mínimo.

5.285.29 SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

TABELA 41

CLASSIFICAÇÃO DAS SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

PORTE	POTÊNCIA APARENTE (MVA)
Médio	até 40
Grande	acima de 40, até 80
Excepcional	acima de 80

5.295.30 TERMINAIS

Inclui terminais de minério, de petróleo, de produtos químicos e de cargas diversas.

TABELA 42

PESOS PARA CLASSIFICAÇÃO DE TERMINAIS

PESOS	PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO	
	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m ²)	NÚMERO DE EMPREGADOS
0,5	até 500	até 10
1	acima de 500, até 2.000	acima de 10, até 100
2	acima de 2.000, até 10.000	acima de 100, até 500
3	acima de 10.000, até 40.000	acima de 500, até 2.000
4	acima de 40.000	acima de 2.000

TABELA 43

CLASSIFICAÇÃO DE TERMINAIS

PORTE DA ATIVIDADE	MÉDIA ARITMÉTICA (M) DOS PESOS (OBTIDOS NA TABELA 42)
Mínimo	$M \leq 0,5$
Pequeno	$0,5 < M \leq 1$
Médio	$1 < M \leq 2$
Grande	$2 < M \leq 3$
Excepcional	$M > 3$

5.305.31 TRANSPORTE DE RESÍDUOS E PRODUTOS QUÍMICOS

TABELA 44

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE TRANSPORTE

PORTE	NÚMERO DE VEÍCULOS/EMBARCAÇÕES
Mínimo	até 5

Pequeno	acima de 5 até 10
Médio	acima de 10 até 50
Grande	acima de 50 até 100
Excepcional	acima de 100

5.315.32 TRANSPOSIÇÃO DE BACIAS

Essas obras são enquadradas em porte Grande.

5.325.33 TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS, INCLUSIVE UNIDADES INTEGRADAS À INSTALAÇÃO INDUSTRIAL

TABELA 45

CLASSIFICAÇÃO DO TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

PORTE	VAZÃO (L/s)
Mínimo	até 10
Pequeno	acima de 10, até 50
Médio	acima de 50, até 250
Grande	acima de 250, até 750
Excepcional	acima de 750

5.34 TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS, INCLUSIVE PREPARO DE RESÍDUOS PARA O CO-PROCESSAMENTO, INCINERAÇÃO E DISPOSIÇÃO

TABELA 46

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS, INCLUSIVE PREPARO DE RESÍDUOS PARA O COPROCESSAMENTO, INCINERAÇÃO E DISPOSIÇÃO

PORTE	CAPACIDADE (t./ano)
Mínimo	até 10.000
Pequeno	acima de 10.000, até 100.000
Médio	acima de 100.000, até 300.000
Grande	acima de 300.000, até 500.000
Excepcional	acima de 500.000

TABELA 47

CLASSIFICAÇÃO DO CO-PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS EM FORNOS DE CLINQUER

PORTE	CAPACIDADE DO FORNO DE CLINQUER (t./ano)
Pequeno	até 200.000
Médio	acima de 200.000, até 500.000
Grande	acima de 500.000, até 1000.000
Excepcional	acima de 1.000.000

5.35 URBANIZAÇÃO

Inclui edificações residenciais e comerciais, loteamentos residenciais ou industriais, conjuntos habitacionais, complexos turísticos, parques temáticos, zonas estritamente industriais e distritos industriais.

TABELA 48

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE URBANIZAÇÃO

PORTE	ÁREA (m ²)
Mínimo	até 2.000
Pequeno	acima de 2.000, até 20.000
Médio	acima de 20.000, até 100.000
Grande	acima de 100.000, até 500.000
Excepcional	acima de 500.000

TABELA 49

PESOS E VALORES DOS FATORES CONDICIONANTES PARA ATIVIDADES DE URBANIZAÇÃO

PESO	FATOR CONDICIONANTE	SITUAÇÃO	VALOR
10	Situa-se em área frágil ou em seu entorno (ANEXO I)	Não	0
		Sim	1
10	Prevê cortes e aterros	Não	0
		Sim	1
10	Prevê alterações em corpos d'água ou modifica drenagem natural	Não	0
		Sim	1
8	Prevê remoção de vegetação	Não	0
		Sim	1
7	Quanto ao esgotamento sanitário	Sistema público	0
		Sistema particular	1
6	Quanto à coleta de lixo	Sistema público	0
		Sistema particular	1
2	Quanto ao abastecimento de água	Sistema público	0
		Uso de poços, nascentes ou cursos de água	1

TABELA 50

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE URBANIZAÇÃO SEGUNDO O POTENCIAL POLUIDOR

POTENCIAL POLUIDOR	SOMATÓRIO DE PESO X VALOR (TABELA 49)
Baixo	0 a 18
Médio	19 a 35

Alto	36 a 53
------	---------

5.36 USINA HIDRELÉTRICA E EÓLICA

TABELA 51

CLASSIFICAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS E EÓLICAS

PORTE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
Pequena	Até 30
Médio	acima de 30 até, 1.000
Grande	acima de 1.000, até 10.000
Excepcional	acima de 10.000

5.37 USINA TERMELETRICA

TABELA 52

CLASSIFICAÇÃO DAS USINAS TERMELETRICAS

PORTE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
Médio	até 450
Grande	acima de 450, até 700
Excepcional	acima de 700

6 CUSTOS DE ANÁLISE DE ESTUDOS COMPLEMENTARES

Os custos referentes à análise de estudos complementares são indenizados ao INEA no ato da entrega desses estudos.

6.1 ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA

Os custos de análise de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) são cobrados com base na Tabela 53.

TABELA 53
(valores em UFIR-RJ)

CUSTOS DE ANÁLISES DE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL

PORTE	POTENCIAL POLUIDOR	
	Médio	Alto
Mínimo	4.285	5.473

Pequeno	5.077	6.265
Médio	13.236	16.403
Grande	28.662	33.413
Excepcional	54.187	60.522

6.2 RELATÓRIOS AMBIENTAIS SIMPLIFICADOS – RAS

Os custos de análise dos Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) são cobrados com base na Tabela 54.

TABELA 54

CUSTOS DE ANÁLISE DE RELATÓRIOS AMBIENTAIS SIMPLIFICADOS - RAS

PORTE	VALOR (UFIR)
Mínimo	3.691
Pequeno	4.087
Médio	10.068
Grande	23.911
Excepcional	47.852

7 AVERBAÇÃO DE LICENÇAS

A Tabela 55 estabelece os custos de análise e processamento dos pedidos de averbação de licenças ambientais, por tipo de alteração.

TABELA 55

CUSTO DA ANÁLISE DE PEDIDOS DE AVERBAÇÃO DE LICENÇAS

TIPO DE AVERBAÇÃO	CUSTO (*)
Retificação de erro material do INEA	0%
Alteração do endereço do escritório/sede	20%
Alteração de nome empresarial sem alteração do CNPJ	20%
Alteração de nome empresarial com alteração do CNPJ	30%
Alteração da Titularidade nos casos previstos (outra empresa/entidade)	30%
Inclusão de atividade nova que foi objeto de Licença de Instalação – LI.	50%
Inclusão de atividade nova que não foi objeto de Licença de Instalação – LI (quando não couber a LI)	50%
Inclusão de produto ou resíduo	50%
Alteração na descrição da atividade (explicitar de acordo com o interesse do requerente)	50%
Condição de validade específica	50%

(*) Percentual do custo, em UFIR, da análise da licença que será averbada.

ANEXO

ÁREAS FRÁGEIS

- Encostas ou partes destas, com declividade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento).
- Encostas com declividade igual ou superior a 10% (dez por cento), nas áreas costeiras.
- Matas ou Florestas – ecossistemas complexos nos quais as árvores são a forma vegetal predominante que protegem o solo sobre o impacto direto do sol, vento e precipitações.
- Restingas – acumulações arenosas litorâneas, paralelas à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzida por sedimentos transportados pelo mar, onde se encontram associações vegetais mistas características, comumente conhecidas como "vegetação de restinga".
- Dunas – acumulações arenosas litorâneas produzidas pela ação do vento no todo, ou em parte, estabilizadas ou fixadas pela vegetação.
- Áreas brejosas – terreno molhado ou saturado de água, algumas vezes alagável de tempos em tempos, coberto com vegetação natural própria na qual predominam arbustos integrados com gramíneas rasteiras e algumas espécies arbóreas.
- Manguezais – "ecossistemas litorâneos" que ocorrem em terrenos baixos sujeitos à ação das marés, localizados em áreas relativamente abrigadas como baías, estuários e lagoas e são normalmente constituídos de vazas lodosas recentes, as quais se associam tipo particular de flora e fauna.
- Áreas de endemismo – isolamento de uma ou muitas espécies em um espaço terrestre, após uma evolução genética diferente daquelas ocorridas em outras regiões.
- Áreas que abriguem espécies ameaçadas de extinção.
- Sítios arqueológicos – áreas destinadas a proteger vestígios de ocupação pré-histórica humana contra quaisquer alterações e onde as atividades são disciplinadas e controladas de modo a não prejudicar os valores a serem preservados.
- Áreas de influência de nascentes ou olho d'água, reservatórios, cursos de rios, lagoas, lagoas e praias.